

Entre ausências e presenças: mulheres urbanas na narrativa criminal do jornal *Diário do Interior* (Santa Maria, RS)

Between absences and presences: urban women in the crime stories of the newspaper Diário do Interior (Santa Maria, RS)

Janaína dos Santos Puchalski,¹ UFSM

Resumo

O presente trabalho analisa as representações femininas no jornal *Diário do Interior*, a partir de notícias ocorridas em Santa Maria e publicadas em 1914, ano inserido em um período marcado pelo pós-abolição e intensificação dos discursos de controle urbano. Inspirado em uma perspectiva de abordagem baseada em uma história cultural do crime, entende-se que o periódico não apenas noticiava delitos, mas produzia imagens sobre a ordem urbana e suas ansiedades. A metodologia baseia-se na análise qualitativa de narrativas criminais, observando linguagem, padrões e silêncios em três focos narrativos principais: suicídios, furtos e contextos de desordem. O objetivo é compreender como mulheres pobres eram apresentadas e como essas construções se articulavam à noção de perigo urbano atravessada por gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Imprensa criminal; Perigo urbano; Pós-abolição; Representações femininas.

Abstract

This paper analyzes representations of women in the newspaper *Diário do Interior*, based on news stories that occurred in Santa Maria and were published in 1914, a year marked by post-abolition and intensified discourse on urban control. Inspired by a perspective based on a cultural history of crime, it is understood that the newspaper not only reported crimes but also produced images about urban order and its anxieties. The methodology is based on the qualitative analysis of criminal narratives, observing language, patterns, and silences in three main narrative focuses: suicides, thefts, and contexts of disorder. The objective is to understand how poor women were presented and how these constructions were articulated with the notion of urban danger crossed by gender, class, and race.

Keywords: Criminal press; Urban danger; Post-abolition; Female representations.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, experimentava os impactos das transformações urbanas que marcaram o Brasil da Primeira República. Nesse cenário, a imprensa assumiu papel central na mediação das relações sociais e na definição dos contornos daquilo que deveria ser compreendido como ordem e desvio. Entre esses impressos, o *Diário do Interior* destacou-se na região como um

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é mestranda em história pela mesma instituição, sendo apoiada por bolsa CAPES/DS. Email: janaina.puchalski@acad.ufsm.br

importante veículo de circulação de valores, hierarquias e representações sociais, sobretudo no que se refere às experiências femininas marcadas pelas intersecções entre gênero, classe e raça. Tendo em vista tais aspectos, o presente artigo visa investigar as formas pelas quais mulheres pobres e racializadas foram narradas nas páginas criminais do periódico citado no ano de 1914, período marcado pelo pós-abolição e pela redefinição das estruturas de dominação social.

Metodologicamente o presente trabalho seguirá uma análise qualitativa das fontes orientada por uma abordagem que articula a história cultural e social do crime (Caimairi, 2009; Kalifa, 2019), em interseção com os estudos sobre imprensa (Luca, 2008) considerando a cidade de Santa Maria como escala local de observação (Lacomba, 2012; Barros, 2022). Ao privilegiar a imprensa criminal como fonte e as mulheres como sujeito histórico, este estudo insere-se no debate historiográfico sobre o pós-abolição em perspectiva interseccional, contribuindo para a ampliação das reflexões acerca da relação entre gênero, violência, controle urbano e imprensa no Brasil republicano.

Sendo assim, o artigo organiza-se em três partes principais. A primeira apresenta o aparato teórico-metodológico do trabalho. Em seguida, desenvolve-se um delineamento do jornal analisado e um breve contexto da cidade no período. Enfim a terceira parte analisará qualitativamente algumas notícias envolvendo personagens femininas em diferentes notícias criminais ocorridas no espaço urbano a partir dos três focos de enredo: as tragédias urbanas, exemplificadas pelas notícias envolvendo tentativas de suicídios femininos; ocorrências sobre furtos e a esfera classificada enquanto enredos de desordem ou conflitos.

Ao problematizar as presenças e ausências femininas nessas páginas, ora enquanto vítimas, ora enquanto responsáveis por transgressões, busca-se compreender as múltiplas camadas de representação que contribuíram para consolidar uma visão generificada da desordem urbana. A análise qualitativa das notícias, aliada à atenção aos silêncios e apagamentos, permite observar como tais relatos produziram sentidos sociais sobre o feminino em um espaço urbano em intensa transformação.

Discussão teórico-metodológica: uma história cultural do crime em escala local

Este trabalho propõe uma discussão teórico-metodológica voltada à construção de uma história cultural e social do crime em escala local, tomando as narrativas do *Diário do Interior* como ponto de partida para compreender como práticas, percepções e classificações sobre o delito eram produzidas e compartilhadas no cotidiano urbano de Santa Maria. Desta forma, as

primeiras discussões ancoram-se nos aportes da história cultural do crime, especialmente nas contribuições de Lila Caimari (2009) e Dominique Kalifa (2019).

Lila Caimari (2009) investiga como o crime e o medo do delito se tornaram constitutivos da experiência urbana moderna, destacando o papel central da imprensa na difusão e na construção dessas percepções em Buenos Aires entre 1880 e 1940. A autora demonstra que as notícias aparentemente caóticas de calamidades cotidianas, que mesclavam acidentes, furtos, brigas e assassinatos, não apenas informavam, mas recriavam a sensação de fragilidade e desordem da vida na cidade, moldando ansiedades e expectativas sociais. Como sintetiza a autora, “a onda de preocupação com a criminalidade não pode ser compreendida sem a multiplicação exponencial das notícias sobre o crime (...)” (Caimari, 2009, p. 98) e “(...) se tais listas de infortúnios podem ser lidas simultaneamente a partir da confortável poltrona da sala de estar burguesa, do bonde ou do balcão do café dos subúrbios, é porque existe um jornalismo que alimenta a avidez por essas notícias” (Caimari, 2009, p. 98).

Dominique Kalifa (2019), por sua vez, analisa como a imprensa francesa do final do século XIX transformou o crime em espetáculo e consolidou os chamados *faits divers* como parte essencial da cultura de massas. Para o autor, essas narrativas de assassinatos, roubos e tragédias cotidianas, escritas de forma sensacionalista, não apenas informavam, mas moldavam o imaginário social, alimentando sentimentos de medo, fascínio e curiosidade. Sobre o cenário, para o autor, “o crime ensanguenta o papel, e o país inteiro parece tomado de uma estranha febre homicida” (Kalifa, 2019, p. 29), transbordando um “(...) um gosto duvidoso pelo crime e pela transgressão” (Kalifa, 2019, p. 332).

Não restrito ao caso francês, Valéria Guimarães (2014) destaca que tais narrativas também inundaram o cenário periódico impresso brasileiro. O aumento da divulgação dos *faits divers* esteve atrelado no Brasil as mudanças envoltas pelo processo de modernização e urbanização, sendo tais narrativas compostas por uma atmosfera de medo, curiosidade e principalmente, sensacionalismo (Guimarães, 2014). Nesse contexto, nota-se que o *Diário do Interior* incorporava uma forma de narrar a criminalidade urbana próxima ao modelo do *fait diver*, contribuindo para demarcar condutas legítimas e desviantes, bem como para projetar sobre Santa Maria códigos de civilidade, disciplina e controle social em sintonia com debates nacionais sobre modernidade urbana.

Outro eixo decisivo desta análise é a opção pela escala local. A perspectiva local tem sido reconhecida pela historiografia recente como um terreno privilegiado para observar, com maior nitidez, como processos amplos se materializam na concretude da vida cotidiana. Nesse

sentido, as contribuições de Juan Antonio Lacomba (2012) e José D’Assunção Barros (2022) orientam a abordagem aqui adotada.

Para Lacomba (2012), o local não constitui uma história menor, mas um campo no qual dinâmicas sociais e culturais se tornam visíveis e inteligíveis em sua densidade própria. Na concepção do autor, a história local só adquire pleno sentido quando articulada a escalas mais amplas, como regionais, nacionais e globais, evitando isolamentos interpretativos e destacando, simultaneamente a singularidade dos espaços. Barros (2022) aprofunda essa discussão ao conceber o local como categoria histórica definida não apenas pelo território, mas por redes de sociabilidade, poder e circulação. Em suas palavras, a identidade de um lugar está sempre atravessada “por ressonâncias diversas (...) provenientes de redes distantes de relacionamentos” (Barros, 2022, p. 49). Assim, a escala local utilizada neste estudo não opera como recorte restrito, mas como porta de entrada para interrogar práticas, conflitos e representações que assumem contornos específicos no contexto santa-mariense.

O uso do *Diário do Interior* como principal fonte empírica segue as proposições metodológicas de Tânia Regina de Luca (2008), fundamentais para uma leitura crítica da imprensa histórica. Conforme ressalta a autora, os jornais “selecionam, ordenam e narram” acontecimentos segundo critérios próprios (Luca, 2008, p. 139), produzindo versões do cotidiano atravessadas por escolhas editoriais, interesses políticos e expectativas morais. Esse cuidado é particularmente importante no estudo de narrativas criminais envolvendo mulheres pobres e racializadas na Santa Maria do pós-abolição.

Por isso, além de considerar a materialidade das notícias, torna-se central situar a imprensa em seu circuito de produção, como identificar grupos dirigentes, colaboradores, posicionamentos políticos e vínculos com poderes econômicos e institucionais (Luca, 2008). Ainda que a pesquisa não disponha, até o momento, de informações mais robustas sobre os produtores do periódico, o cruzamento entre suas páginas e os relatos de Romeu Beltrão (1979) e João Belém (2002) indicam a forte inserção do jornal nos setores dominantes santa-marienses, aspecto que orienta sua linha editorial e suas representações do cotidiano urbano.²

A análise das notícias também parte de interpretações sobre controle urbano na Primeira República já consolidadas pela historiografia brasileira desde os anos 1980. Sidney Chalhoub (1986; 2003), demonstrou como imprensa, polícia e judiciário elaboraram discursos moralizantes sobre as classes populares, classificando determinadas condutas como ameaças à ordem urbana. O autor também evidenciou a persistência de estereótipos raciais na Primeira

² Ressalta-se que um esforço investigativo neste sentido se encontra em desenvolvimento e que será abordado em trabalho futuro.

República, elemento central para compreender a insistente classificação das protagonistas das notícias em um viés racializado. As matérias do *Diário do Interior*, ao racializarem sistematicamente suas protagonistas e vinculá-las a espaços periféricos, se inscrevem plenamente nessa linha discursiva, como já apontada por Chalhoub (2003).

Margareth Rago (1991; 1997) aprofundou a discussão ao demonstrar como discursos sobre moralidade, feminilidade e desvio moldaram a noção pública de mulheres pobres e racializadas, frequentemente associadas ao escândalo, à sexualidade e à desordem. A reflexão proposta também se aproxima das considerações clássicas de Rachel Soihet (1989), cuja obra demonstra como a condição feminina nas camadas populares foi historicamente construída a partir de discursos de controle, disciplinamento e violência simbólica no ambiente urbano entre 1890 e 1920. Essas perspectivas contribuem para compreender que as representações encontradas nas notícias de Santa Maria não constituíam fenômeno isolado, mas partiam de um padrão mais amplo de criminalização e estigmatização, que, assim como em grandes centros, reduzia experiências diversas a categorias moralizantes e funcionalizava tais imagens para a manutenção da ordem urbana.

No caso das mulheres pobres retratadas nas narrativas criminais, a ênfase em comportamentos considerados desordeiros ou imorais, bem como a associação entre pobreza, perigo e desvio, reflete precisamente também os dispositivos de desqualificação analisados por Maria Helena Souza Patto (1999). Neste sentido, entende-se que o jornal não apenas informava sobre ocorrências urbanas, mas atuava como um vetor de circulação de discursos que contribuía para a legitimação pública de um modelo de controle social que patologizava e moralizava a vida das classes populares.

Em conjunto, essas interpretações permitem compreender que as notícias não são meros registros de ocorrências, mas artefatos culturais que participam ativamente da produção de imaginários sobre raça, gênero e violência. No contexto de Santa Maria, elas auxiliam a compreender as continuidades entre experiências do pós-abolição, as dinâmicas da urbanização republicana e os projetos de disciplinamento social que atravessavam a vida das mulheres pobres na cidade. Tendo em vista tais aspectos, partiremos para uma breve contextualização do jornal *Diário do Interior* e seu meio urbano de circulação.

O jornal *Diário do Interior* e o cenário urbano santa-mariense

Conforme Romeu Beltrão (1979), o jornal *Diário do Interior* foi fundado em 16 de maio de 1911, tendo como diretor e proprietário Alfredo Rodrigues da Costa e, como gerente,

Nei Luís Osório. Sobre a formação do *Diário do Interior*, Romeu Beltrão (1979) destaca que atenuados os debates na esfera política responsáveis pela criação do jornal *A Tribuna*, fizeram com que Alfredo Rodrigues da Costa fechasse o jornal fundando um novo periódico, o *Diário do Interior*, que se apresentava como uma “folha da manhã e independente”, mantendo essa característica até seu encerramento no ano de 1939 (Beltrão, 1979). Ainda conforme Beltrão:

Foi o melhor jornal de S. Maria e talvez do interior do Estado até 1940. Noticioso, com bom serviço telegráfico, oportunas transcrições de artigos de fundo de jornais do Rio e S. Paulo, completamente afastado da política e de assuntos apaixonantes, ficou o DIÁRIO como um marco divisório na história da imprensa santa-mariense. Acabou melancolicamente, devido às fraquezas do seu segundo e último proprietário, Nei Luís Osório (Beltrão, 1979, p. 464).

A análise de Beltrão, portanto, permite compreender o *Diário* simultaneamente como símbolo de profissionalização e como exemplo das instabilidades que permeavam a imprensa do período. Para João Belém, jornalista, contemporâneo do período e testemunha das mudanças ocorridas na cidade, o jornal teria tido grande aceite por parte da população já inserida em um meio urbano mais desenvolvido e que ansiava por saber cotidianamente as notícias do que ocorria no estado e no país (Belém, 2000). Um exemplo de esforço neste sentido por parte do periódico era a seção intitulada “Telegrammas - O Serviço Especial do *Diário do Interior*”, um espaço estruturado para oferecer ao público informações de caráter imediato. Por meio dessa seção, o jornal buscava atualizar seus leitores sobre os acontecimentos mais recentes ocorridos no estado, no país e também no exterior, reforçando sua pretensão de conectar Santa Maria a um circuito mais amplo de notícias.

Deve-se pontuar o molde discursivo do jornal, principalmente ao noticiar a criminalidade urbana. As reflexões de Dominique Kalifa (2019) contribuem decisivamente para essa compreensão, ao revelar como a narrativa criminal, na virada do século XIX para o XX, tornou-se “inesgotável, cheia de vitalidade” e capaz de transformar a imprensa popular em uma “gigantesca fábrica de crimes” (Kalifa, 2019, p. 43). Segundo o autor, esse modelo narrativo expandiu-se a tal ponto que “homicídios, roubos, fraudes ou agressões passam diretamente da rua para o jornal” (Kalifa, 2019, p. 43), em relatos cada vez mais sensacionais, responsáveis por conferir destaque a acontecimentos muitas vezes “sem relevo e sem importância” (Kalifa, 2019, p. 43). Ao aproximar essa análise do *Diário do Interior*, percebe-se que o periódico opera de maneira semelhante: dramatiza pequenos episódios, amplifica conflitos cotidianos e organiza o urbano por meio de enredos que reforçam ansiedades morais e fronteiras sociais.

Tal panorama pode ser exemplificado de maneira mais geral pela publicação feita pelo periódico no dia 23 de abril de 1914, edição número 94, na qual o jornal deixa explícito ao seu público leitor sua intenção em retratar o cotidiano urbano: “procurando na medida de nossas forças, cada vez mais tornar o Diário do Interior, um jornal atractivo, iniciámos, hoje a publicação de clichês de pessoas e factos da actualidade, o que proseguiremos fazendo em dias indeterminados, até que possamos dal-os periodicamente” (Diário do Interior, 23/04/1914, p. 2. Grafia do original).

Ao que se refere ao cenário urbano santa-mariense nos primeiros anos do século XX, observa-se uma cidade em rápida transformação, marcada pelo crescimento populacional, pela intensificação das atividades comerciais e pela consolidação de novas dinâmicas sociais resultantes da expansão ferroviária (Grunewaldt, 2010). Esse processo de urbanização produziu tensões cotidianas, especialmente no que diz respeito ao controle dos espaços públicos e à definição de comportamentos considerados aceitáveis pela elite local.

A constituição social de Santa Maria na Primeira República foi marcada por uma intensa diversidade étnica, demográfica e ocupacional. Daniela Vallandro de Carvalho (2005) caracteriza a sociedade local como um verdadeiro “caldeirão étnico”, expressão que sintetiza a heterogeneidade de uma população formada por trabalhadores urbanos e rurais, elites políticas e agrárias e distintos grupos nacionais (Carvalho, 2005). Destaca-se ainda que esse mosaico social estava inserido em um contexto de pós-abolição ainda recente.

Sobre isso, como demonstra Franciele da Rocha Oliveira (2023) analisando o Censo de 1872, 48% dos habitantes de Santa Maria pertenciam a grupos étnico-raciais não brancos, identificados como pretos, pardos e caboclos, proporção que evidencia uma população que “não era, hegemonicamente, branca” (Oliveira, 2023, p. 81). A autora destaca ainda que, no período pós-1888, o município tornou-se um polo de atração para ex-escravizados, libertos e seus descendentes, movimento impulsionado sobretudo pelo entroncamento ferroviário, que ampliava as possibilidades de trabalho e melhorias de vida (Oliveira, 2023).

Esse dinamismo também se expressa no rápido crescimento demográfico. Com base em dados fornecidos pelo Relatório do Intendente Municipal (1915-1916), entre 1900 e 1913, o aumento populacional total foi de 64,7%, chegando a um aumento de 90% apenas na sede do município. Desta maneira, Santa Maria da Primeira República configurou-se como um espaço social em transformação, profundamente marcado pela diversidade étnica, pela migração e pela reconfiguração acelerada das relações sociais no pós-abolição.

Nota-se assim, que a imprensa, em particular o *Diário do Interior*, também desempenhou papel decisivo na construção de representações sobre essa cidade em mudança, reforçando distinções morais e sociais ao noticiar conflitos, crimes e desordens que, muitas vezes, eram associados às populações pobres e racializadas. Tendo em vista tal cenário, partiremos para análise de algumas notícias envolvendo mulheres no ambiente urbano de Santa Maria.

Mulheres populares no cenário urbano pela ótica do *Diário do Interior*

Em diálogo com o eixo analítico adotado neste trabalho, Daniela Magalhães da Silveira (2021) demonstra que a imprensa fluminense do início do século XX desempenhou um papel ativo na construção e na difusão de um ideal feminino normativo. Segundo a autora, os periódicos não apenas promoviam esse modelo de feminilidade, inspirado em Virgem Maria, associado à maternidade abnegada e à caridade, como também legitimavam, de forma indireta, a atuação repressiva da polícia sempre que tais mulheres se afastavam desse padrão. Assim, somente aquelas que se aproximavam do perfil idealizado tinham acesso a representações positivas na imprensa, enquanto as demais eram apresentadas como desviantes ou moralmente falhas. Observando a atuação do *Diário do Interior*, nota-se que este também mobilizava estratégias semelhantes, utilizando-se de narrativas moralizantes para distinguir mulheres consideradas adequadas daquelas classificadas como desviantes, especialmente quando pobres, racializadas ou associadas à violência e ao trabalho sexual.

Em análise qualitativa, percebe-se que de maneira geral a escrita sobre personagens femininas no jornal *Diário do Interior* parece adquirir os seguintes eixos narrativos: tragédias e a transgressão urbana como espetáculo moral, a linguagem como dispositivo de controle e o silêncio como parte do discurso. Para compreender melhor esta conclusão prévia, a reflexão será pautada em expoentes de três tipos de notícias: suicídios ou tentativas, ocorrências sobre furtos e enfim notícias classificadas enquanto publicizações de desordens. Tais notícias, reitera-se, foram selecionadas levando em conta que envolveriam em sua narrativa personagens femininas diretamente, como autora ou foco principal do enredo, ou indiretamente, como agentes que se fazem presente, embora não sejam o núcleo central.

As primeiras notícias analisadas que evidenciam a ideia de tragédias enquanto espetáculo moral são as notícias referentes a suicídios ocorridos na cidade. A leitura conjunta das três notícias publicadas pelo *Diário do Interior* em 1914 evidencia um padrão discursivo na forma como o periódico construía as tentativas de suicídio protagonizadas por mulheres,

combinando estigmatização, moralização e apagamento de contextos sociais. Tais notícias aqui aludidas, podem ser lidas transcritas a seguir, as duas primeiras intituladas “queria morrer...” e a terceira sem título:

A **meretris Adelia de Lima**, residente á rua Tuyuty, tendo tido uma alteração com o seu amante, lembrou-se de fazer uma fita, hontem á tarde. Neste proposito, mandou comprar uma dóse de veneno de matar ratos e rás... tomou e começou a morrer aos gritos de socorro. Attendida pelas visinhas, **a suicida ficou prompta pra outra vez** (Diário do Interior, 05/07/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Por **desgostos íntimos**, quiz morrer, hontem, em sua casa á rua Conde de Porto Alegre, **a parda Virginia do Nascimento**, ingerindo pequena solução de veneno. Attendida em tempo, ficou fóra de perigo. Virginia tem 25 annos presumiveis e é **solteira** (Diário do Interior, 23/09/1914, p. 1. Grafia do original. Grifos meus).

No <Restaurante Gaúcho>, hontem, de manhã, tentou contra a existencia, ingerindo uma dóse de sublimado corrosivo, **a horizontal Maximina Rocha**, branca, de 23 annos, presumiveis, de idade. Compareceu ali o sr. Octavio Lemos, delegado de polícia e o dr. Alfredo Torres que emdicou a tresloucada mulher, cujo estado é grave. **O motivo foi o de costume... amor e desprezo** (Diário do Interior, 14/11/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

A primeira notícia apresenta o caso de Adelia de Lima, cuja tentativa de suicídio é narrada em tom irônico, enfatizando sua condição de “meretris” e ressaltando elementos de ridicularização, como o comentário final de que estaria “pronta para outra vez”. A segunda, por sua vez, descreve a tentativa de Virginia do Nascimento de forma igualmente superficial, reduzindo-a à categoria racial “parda” e qualificando o episódio como motivado por “desgostos íntimos”, sem qualquer aprofundamento sobre suas circunstâncias de vida. Já a terceira matéria, ao tratar de Maximina Rocha, recorre à designação “horizontal” e atribui sua ação à explicação recorrente de “amor e desprezo”, reforçando estereótipos que naturalizam o sofrimento feminino como fruto exclusivo de paixões descontroladas.

Todas as personagens aparecem identificadas por atributos que as desqualificam socialmente: duas são designadas como “meretris” e “horizontal”, reduzidas à condição de prostitutas,³ enquanto Virginia é definida pela cor e pelo estado civil. Nota-se que nas três ocorrências a identidade feminina é reduzida a marcadores que desqualificam moralmente essas personagens, seja por sua associação ao trabalho sexual, por atributos racializados ou pelo estado civil.

³Pretende-se, em trabalho futuro, dedicar uma análise específica e melhor aprofundada sobre as tentativas e suicídios cometidos por mulheres representadas enquanto prostitutas na cidade.

Do mesmo modo, as motivações são sistematicamente simplificadas: todas as tentativas são atribuídas a “desgostos amorosos”, “seu amante”, “desgostos íntimos” ou ao “motivo de costume... amor e desprezo”, naturalizando a ideia de que tais mulheres agiam movidas por impulsos emocionais irracionais. O tom irônico empregado nas notícias como nas expressões “ficou prompta pra outra vez” ou “tresloucada mulher” reforça esse enquadramento, ridicularizando o sofrimento e transformando o suicídio em espetáculo moral. O tom irônico e moralizante presente em tais contribui para deslegitimar o sofrimento dessas personagens, transformando suas experiências em narrativa de escárnio e reforçando estigmas sociais e de gênero. Ao privilegiar o sensacionalismo narrativo demonstrando o tipo de veneno utilizado, local exato, e silenciar sobre possíveis condições de vulnerabilidade, violência ou precariedade, o jornal produz representações que reafirmam hierarquias de gênero, classe e raça, enquadrando essas mulheres mais como desvios sociais do que como sujeitos históricos cujas experiências merecem compreensão.

As notícias do *Diário do Interior* referentes a pequenos furtos cometidos por mulheres em Santa Maria durante 1914 também permitem observar como a imprensa local produzia representações fortemente atravessadas por gênero, raça e classe social. Casos interessantes neste sentido são as publicadas em 11 de julho, intitulada “espertezas de uma gatuna” e a sem título publicada em 22 de outubro de 1914, transcritas a seguir:

A preta Almira Pereira emprega-se, como serviçal, da casa do sr. Francisco Azambuja, á avenida Rio Branco. Apenas deccorridos quatro dias, e já ella punha em practica a sua actividade proffisonal, retirando das orelhas de uma filha pequena daquelle cidadão e collocando nas suas, um par de brincos. Isto feito, saiu de casa e não mais voltou para, ao menos, receber os dias de trabalho que tinha em haver. Notada a falta daquella joia, as desconfianças caíram logo em Almira, que vinha sendo cuidada por esse motivo. O sr. Azambuja, vendo-se, hontem, de longe, procurou-se approximar afim de vê-se ella usava os brincos roubados. Assim que Almira viu o seu ex-patrão, a primeira cousa que fez foi tirar os brincos das orelhas e esconder. O sr. Azambuja, tendo observado o plano, apertou com a esperta gatuna que deu conta em seguida da joia, a qual escondera, fechando-a na mão. Assim descoberta, foi pelo agente n.20 levada á policia, onde deu explicações sobre o factio, ficando presa. Dias antes, aquella mesma **gatuna** já havia com um par de chinellos pertencente á esposa do sr. Azambuja. Na policia, declarou ella que não tinha roubado as chinellas, mas as levava, porque estava chovendo (*Diário do Interior*, 11/07/1914, p. 3. Grafia do original. Grifos meus).

Uma **preta** que attende pelo nome de **Maria José**, hontem, pela manhã, roubou da < A Predilecta > uma peça de morim, **saindo tranquillamente** em direcção ao fim da rua do Acampamento, quando foi atacada por um empregado da que tomou-lhe o objecto furtado, em virtude de um aviso

telephonico do sr. Atilio Marsiaj (Diário do Interior, 01/11/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Em primeiro lugar, nota-se que as mulheres pobres aparecem como personagens recorrentes e cuidadosamente enquadradas dentro de um discurso moralizante, que as associa à desordem urbana e à criminalidade. O caso de Maria José, identificada já no primeiro termo pela marca racial “uma preta”, evidencia essa estratégia de racialização: o furto de um tecido é narrado de forma a ressaltar sua suposta ousadia ao “sair tranquillamente” após o crime, enquanto a ação do empregado e do comércio é representada como resposta rápida, coordenada e civilizadora, mediada inclusive por tecnologia moderna, como o “aviso telephonico”.

A construção da “gatuna” Almira Pereira aprofunda esse enquadramento. Também descrita explicitamente como “preta”, sua presença como empregada doméstica é narrada com desconfiança desde o início pelo periódico. O jornal constrói Almira como alguém dotada de “actividade professionnal” no furto, ressaltando astúcia e malícia, enquanto minimiza o contexto de vulnerabilidade social desse tipo de trabalho, marcado pela informalidade e pela dependência. A narrativa enfatiza a esperteza e o descaramento da acusada, reforçando estereótipos desta como naturalmente inclinada ao furto. Além disso, o fato de o patrão segui-la e vigiá-la é apresentado como gesto legítimo, quase heroico. Assim, a notícia não apenas descreve um caso policial, mas performa um discurso disciplinador sobre corpos negros femininos.

Em contraste, outras mulheres que surgem descritas nas notícias, como a menor Antoninha dos Santos e a “mundana” Febronia Rodrigues, revelam nuances distintas na forma como o jornal constrói suas personagens. A notícia referente a Antoninha, intitulada “espertezas de uma menor” se encontra transcrita a seguir:

Ha dias, a **menor Antoninha dos Santos** chegou á < Casa Iris>, de propriedade do sr. Pedro Medeiros e levou dali, como amostra, cinco pés de calçados diferentes, porque queria experimental-os em a casa de seu pae, José Valentim dos Santos, morador no Beco da Cruz, levando, tambem, um par de chinellos. Já contava perdidas as suas amostras, quando, ante hontem, um daquelles prejudicadas, o sr. Medeiros, encontrou Antoninha, que calçava o par de chinellos, a que referimos. Intimada, a prestar contas do furto que praticára, Antoninha a principio, **quiz fingir-se de innocente**, isto é, dizendo que talvez fosse outra pessoa, com ella parecida. Em vista, porém, da firme convicção do sr. Pedro Medeiros, que reconheceu bem a ave, esta confessou que, de facto, havia levado as amostras dos calçados, mas que os havia mandado devolver, o que não é verdade, como ficou averiguado. A policia tomou sciencia do facto (Diário do Interior, 17/05/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

No caso de Antoninha, embora seja acusada de furto, o texto emprega uma linguagem que, ao mesmo tempo em que a repreende, a infantiliza, enfatizando sua tentativa de “fingir-se de inocente”. Mesmo ao narrar sua responsabilização, a notícia não mobiliza marcadores raciais, sugerindo que a ausência dessa marca retira parte do peso moral atribuído às acusações.

Já o caso de Febronia, descrita como “mundana”, revela outro tipo de representação: aqui, a mulher aparece menos como autora de desordem e mais como vítima de um crime. A notícia referida pode ser lida no trecho a seguir:

A mundana Febronia Rodrigues, moradora á rua coronel André Marques, ao lado do Minas Gerais, **tendo saído**, domingo, **deixou a porta de sua casa aberta, por descuido**. Mais tarde, voltando do passeio, ao penetrar no interior do predio, verificou que lhe haviam roubado toda a roupa de cama e vestidos do seu uso. Desse facto foi levado queixa á policia (Diário do Interior, 26/02/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

O termo utilizado para designá-la carrega uma moralidade sexual que informa a forma como o jornal enxerga mulheres que escapam às normas de respeitabilidade burguesa. A notícia silencia sobre sua cor e enfatiza seu comportamento desviante por outra via: a sexualidade e a suposta negligência moral, simbolizada pela porta deixada aberta “por descuido”.

No conjunto, essas narrativas evidenciam como os discursos impressos operavam classificações sociais, racializando certos corpos, sexualizando outros e infantilizando alguns. A imprensa local não apenas relatava ocorrências, mas contribuía para ordenar simbolicamente o espaço urbano, enquadrando as mulheres pobres, especialmente não brancas, como ameaças à ordem e à propriedade. Tais notícias de 1914 revelam mais do que pequenos furtos expõem um regime de visibilidade e vigilância que atravessava a Santa Maria da Primeira República, reforçando hierarquias sociais e legitimando práticas de controle sobre mulheres consideradas à margem da ordem moral urbana.

O terceiro eixo de notícias analisadas faz referências a contextos narrados como de desordem ou de conflitos urbanos. Os conflitos descritos discussão, engalfinhamento, sarilho, cacetadas, aparecem enquadrados como brigas de pouca importância (“questões de somenos importância”; “por questões de ciúmes”), reforçando um olhar que minimiza a gravidade da violência quando ela ocorre entre mulheres ou no ambiente popular. Notícias que são expoentes neste sentido, e que serão analisadas são as publicadas no dia 10 de fevereiro, em

10 de abril, ambas sem título, e a de 25 de dezembro de 1914, intitulada “espancamento”, transcritas a seguir:

A **parda Pardelina de Vargas**, residente á rua Conde de Porto Alegre, **enciumada** quiz tirar uma desforra da mulher de nome Gregoria, o que levou a effeito, hontem, ás primeiras horas do dia. Chegando á casa de sua **desafecta**, na Villa Brazí, foi recebida por esta e, apos uma atercação, Pardelina avançou contra a sua inimiga que, em (ilegível) fez-lhe um **ferimento** na cabeça, tendo sido pensada na sala da assistencia municipal (Diário do Interior, 10/04/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

Hontem, á tarde, **por questões de somenos importancia** travaram **discussão a parda Theodora Antonia dos Santos e a mulher do preto Matheus Severino Alves**. A **discussão azedou-se** e ambas **as contendoras se engalfinharam**, resultando Severino esbordoar Theodora, ao tomar parte na luta em defeza de sua mulher. Esse facto passou-se em uns poteiros de d. Felizinha Menna Barreto, nos suburbios da cidade. A policia, após ter conhecimento do occorrido, effectuou a prisão de Severino (Diário do Interior, 25/12/1914, p. 2. Grafia do original. Grifos meus).

Por questões de ciumes, domingo a **preta Emilia dos Santos** foi á casa de sua visinha **Martimiana Ramos**, residente na Villa Brasil e, ahí chegada, **provocou forte sarilho** resultando apanhar algumas **cacetadas na cabeça e braços**. A **offendida, em represalia**, arrombou uma das portas da casa de Martimiana e **lhe jogou uma série de pedras recrudescendo o rôlo**. Chamadas á polica, ali, depois de apresentarem suas razões, ficaram ambas detidas até acalmarem os gênios (Diário do Interior, 10/02/1914, p. 5. Grafia do original. Grifos meus).

As três notícias publicadas pelo *Diário do Interior* ao longo de 1914 compõem um quadro revelador das formas como a imprensa regional representava mulheres negras e pardas envolvidas em conflitos urbanos, acionando um repertório marcado pela racialização dos sujeitos, pela moralização das condutas e pela construção de um imaginário de violência cotidiana associado às camadas populares. Em todas as matérias, as protagonistas aparecem identificadas antes de tudo pela cor: “a parda Pardelina de Vargas”, “a parda Theodora”, “a preta Emilia dos Santos”, evidenciando que o marcador racial não funciona como simples descrição, mas como categoria que orienta a leitura moral do episódio.

O tom das notícias reforça uma narrativa em que conflitos entre mulheres são interpretados como fruto de ciúmes, rivalidades domésticas ou desentendimentos triviais, como no caso de Pardelina, que, “enciumada”, teria “tirado uma desforra”, ou no episódio envolvendo Theodora, cuja briga se inicia por “questões de somenos importância”. Esse enquadramento também reduz o conflito à esfera das paixões femininas, sugerindo impulsividade, emotividade e a ideia de predisposição ao descontrole.

A linguagem utilizada pelo jornal intensifica esse efeito. Termos como “avançou contra a sua inimiga”, “esbordoar”, “provocou forte sarilho”, “arrombou” e “jogou uma série de pedras” conferem um dinamismo quase teatral às cenas, transformando desentendimentos cotidianos em episódios de desordem moral e física. A progressão da violência é descrita com crescente dramaticidade, como no caso de Emília, cujo conflito se desdobra em agressões, represálias e destruição material, culminando na intervenção policial “para acalmar os gênios”. A escolha lexical, “gênios”, “rôlo”, “sarilho”, reforça o tom de desqualificação, como se tais comportamentos fossem esperados ou próprios dessas mulheres, traduzindo um olhar que mistura desprezo social e curiosidade sensacionalista.

O papel do Estado aparece de forma pontual e disciplinadora. Na primeira notícia, o encaminhamento de Gregoria à assistência municipal encerra o episódio sem maior aprofundamento. Na segunda, a prisão de Severino, que intervém espancando Theodora, indica a necessidade de contenção da violência masculina, mas o foco permanece na suposta agressividade das mulheres que iniciaram o conflito. Na terceira notícia, ambas as envolvidas são detidas não como punição penal, mas para recuperar a calma, reforçando a ideia de que são corpos a serem controlados. Essas intervenções marcam não apenas a presença de autoridades nas periferias e vilas da cidade, mas revelam uma lógica de vigilância sobre populações vistas como propensas à desordem.

Ao longo das três matérias, percebe-se ainda a construção de uma geografia moral que associa determinados bairros, como a “rua Conde de Porto Alegre”, “Vila Brasil”, “subúrbios”, “potreiros”, a comportamentos violentos e desregrados, compondo um retrato da cidade dividido entre zonas ordeiras e espaços de conflito. A escolha de destacar cenários periféricos reforça a ideia de que a violência é característica intrínseca desses locais e de seus habitantes, alimentando um imaginário estigmatizado sobre mulheres racializadas e pobres. Nesse sentido, as notícias não apenas informam sobre pequenos delitos, mas produzem narrativas que naturalizam a violência entre mulheres negras, circunscrevendo-as a um campo social onde emoção, rivalidade e agressividade seriam elementos constitutivos de suas vidas.

A análise das notícias criminais do *Diário do Interior* dialoga diretamente com a perspectiva apresentada por Trombetta (2024) acerca dos processos de racialização no pós-abolição em Santa Maria. Embora seu estudo se concentre nos autos judiciais da década de 1920, suas conclusões sobre a articulação entre estigma, violência e marcadores raciais permitem iluminar os mecanismos discursivos que operam também na imprensa local. Da mesma maneira que demonstrado por Trombetta (2024), a racialização não se expressa apenas

por nomeações explícitas de cor, mas emerge também em descrições corporais, na associação recorrente entre determinados grupos e práticas consideradas desviantes e na inscrição desses sujeitos em espaços urbanos moralmente hierarquizados. Dessa forma, ao considerar a imprensa como parte das dinâmicas mais amplas de construção social da suspeição, a leitura das notícias evidencia a permanência e a naturalização de categorias raciais que estruturavam a forma como certos corpos eram tornados visíveis e inteligíveis no cenário urbano santamariense.

As dinâmicas que envolvem a presença feminina nos espaços urbanos no início do século XX podem ser aprofundadas a partir da contribuição de Gabriela Rotilli dos Santos (2021), que investigou a experiência de mulheres pobres em Santa Maria entre 1903 e 1918. Seu trabalho permite situar as personagens femininas do *Diário do Interior* em processos sociais mais amplos, evidenciando como essas mulheres eram classificadas, reguladas e vigiadas nas ruas, nos espaços de moradia e nos circuitos de sociabilidade. A autora demonstra que suas trajetórias eram atravessadas por múltiplos dispositivos de controle moral, policial e institucional, que continuamente produziam sentidos sobre ordem, desvio e perigo.

Um exemplo significativo apresentado por Santos (2021) é a análise de publicações do jornal *O Estado*, cujas representações são semelhantes às observadas nas fontes trabalhadas neste artigo. Nesse periódico, mulheres pobres que circulavam fora dos padrões morais esperados eram frequentemente estigmatizadas. A autora menciona casos como o de mulheres encontradas vagando pelas ruas e conduzidas ao xadrez da Intendência municipal, descritas como “desabusadas”, ou ainda a notícia sobre o furto cometido por Rosa Alves da Cunha, qualificada pelo jornal como “levada do diabo” (Santos, 2021, p. 15). Tais enquadramentos revelam como a imprensa local contribuía para consolidar classificações morais que marcavam e limitavam a circulação feminina, realidade não restrita ao jornal *Diário do Interior*.

Outras conclusões importantes de Santos (2021) indicam que o trabalho de criada (serviçal) apresentava uma alta concentração de mulheres não brancas e que a maior parte das mulheres pobres era registrada como solteira, índice ainda mais elevado entre mulheres pardas e pretas. Esses dados sugerem a predominância, em Santa Maria, da prática do amasiamento como principal arranjo afetivo entre as classes populares, uma forma de união estável não reconhecida pela Igreja ou pelo Estado, mas amplamente difundida entre indivíduos ligados as classes populares.

O trabalho de Bárbara Textor (2019) também é primordial para a compreensão da distinção entre mulheres respeitáveis e desviantes para o recorte a partir da noção de honra. A partir da análise de discursos jurídicos e sociais em torno dos crimes de defloração, estupro e rapto, entre 1910 e 1939 ocorridos em Santa Maria, a autora evidencia que a honra, a sexualidade e a circulação das mulheres no espaço urbano eram permanentemente vigiadas e avaliadas a partir de expectativas rígidas sobre a conduta feminina. Conforme Textor (2019), a honra das mulheres era associada ao pudor sexual, de maneira com que atos como sair sozinha, circular pela cidade em horários considerados inapropriados, manter uma vida social mais ativa ou até mesmo, para o caso de mulheres pobres, trabalhar fora de casa poderiam ser interpretados como sinais de desvio moral.

Nesse sentido, uma percepção semelhante à registrada por Bárbara Textor (2019) pode ser observada nas notícias analisadas. As mulheres mencionadas pelo *Diário do Interior* parecem situar-se fora das expectativas sociais que reservavam o casamento como destino legítimo da feminilidade. Como aponta a autora, “as mulheres não mais virgens e que não casaram são definidas como perdidas, prostituídas, desonestas” (Textor, 2019, p. 80). Essa lógica de desqualificação moral ajuda a compreender a forma como o jornal enquadra essas personagens femininas, principalmente nos casos analisados que associam estas a prostituição, reforçando representações que associam sua condição social e afetiva a categorias de desvio e desordem.

Em suma, tais narrativas apresentadas pelo jornal, colocadas em contraposição com outros estudos, demonstram que essa não era a totalidade da realidade vivenciada pelas mulheres urbanas em Santa Maria. O trabalho de Santos e Farinatti (2024) evidencia justamente a complexidade dessas experiências ao analisar a pensão de Angelina Ilha em Santa Maria como um espaço de circulação econômica, negociação e construção de redes sociais vinculadas à prostituição. Longe de corresponder às imagens homogêneas e moralizantes projetadas pela imprensa e pelos registros policiais, as trajetórias examinadas pelos autores revelam formas variadas de agência, estratégias de sobrevivência e inserção no tecido urbano. Esse contraste reforça que as representações criminalizadoras atribuídas às mulheres pobres eram apenas uma parcela, e muitas vezes uma distorção, das múltiplas práticas e relações que estruturavam a vida cotidiana na cidade.

Considerações Finais

A análise das notícias sobre mulheres envolvidas em transgressões no início do século XX em Santa Maria evidencia que as representações produzidas pela imprensa operavam como importantes instrumentos de construção de fronteiras sociais, morais e raciais. Tais discursos, contribuía para fixar expectativas de comportamento feminino e reforçar hierarquias urbanas, ao mesmo tempo em que invisibilizavam a complexidade das trajetórias dessas mulheres.

Mais do que registrar ocorrências, o *Diário do Interior* participa da construção de percepções sobre raça, gênero e cidadania no início do século XX, representando essas mulheres não como sujeitos com agência complexa, mas como personagens tipificadas em uma dramaturgia de conflitos domésticos e paixões exacerbadas. A repetição de tais enredos, sempre centrados em ciúmes, brigas e descontrole, contribui para sedimentar estereótipos que justificam a vigilância estatal e a marginalização social, ao mesmo tempo em que transforma acontecimentos banais em pequenos espetáculos de violência para o consumo dos leitores.

Dessa forma, compreender esses episódios não significa apenas recuperar a presença histórica dessas mulheres, mas também tensionar os mecanismos de poder que definiram quem era visto como ameaça, quem podia circular na cidade e de que modo certos conflitos foram socialmente interpretados. Ao iluminar essas disputas e seus usos discursivos, este estudo contribui para a ampliação de uma história cultural do crime atenta às desigualdades de gênero, classe e raça, bem como aos modos pelos quais a cidade foi narrada, regulada e imaginada.

Fontes

A mundana Febronia Rodrigues. **Diário do Interior**. Santa Maria, 26/02/1914. Nº 47. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A parda Pardelina de Vargas. **Diário do Interior**. Santa Maria, 10/04/1914. Nº 84, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espancamento. **Diário do Interior**. Santa Maria, 25/12/1914. Nº 301, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espertezas de uma gatuna. **Diário do Interior**. Santa Maria, 11/07/1914. Nº 161, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Espertezas de uma menor. **Diário do Interior**. Santa Maria, 17/05/1914. Nº 114, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

No Restaurante Gaúcho. **Diário do Interior**. Santa Maria, 14/11/1914. Nº 266, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Por questões de ciúmes. **Diário do Interior**. Santa Maria, 10/02/1914. Nº 34, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Procurando na medida de nossas forças. **Diário do Interior**. Santa Maria, 23/04/1914. N° 94, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Queria morrer. **Diário do Interior**. Santa Maria, 05/07/1914. N° 156, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Queria morrer. **Diário do Interior**. Santa Maria, 23/09/1914. N° 222, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Relatório do Intendente Municipal (1915–1916). Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Uma preta que atende pelo nome de Maria José. **Diário do Interior**. Santa Maria, 01/11/1914. N° 256, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Referências

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional - a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 2. Ed. Canoas: Tip. Ed. La Salle, 1979.

CAIMARI, Lila Maria. **La ciudad y el crimen: delito y vida cotidiana en Buenos Aires, 1880-1940**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915**. 2005. 301f. Dissertação (Mestrado em História). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DA SILVEIRA, Daniela Magalhães. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da Gazeta de Notícias (1890). **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 23, n. 42, p. 84-99, 2021.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010, p. 335-348.

GUIMARÃES, Valéria. Apresentação. Os primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os fait divers criminais. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, 2014.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque**. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

LACOMBA, Juan Antonio. La historia local y su importancia. In: **Actas I Congreso de Historia de Linares**. Centro de Estudios Linarenses, 2012, p. 455-470.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Negros laços: trajetórias coletivas das famílias dos nascidos de Ventre Livre no pós-abolição (Santa Maria/RS, 1871-1941)**. 2023. 486f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e polícia na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, jan.-abr. 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas do diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903 - 1918)**. 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Rua Riachuelo, 42: a pensão de Angelina Ilha e os negócios da prostituição no extremo Sul do Brasil (1915-1922). **História Econômica & História de Empresas**, v. 27, n. 1, p. 207-234, 2024.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEXTOR, Bárbara Gonçalves. **Trilhos de honra e violência em Santa Maria da Bocca do Monte: defloramentos, estupros e raptos (1910–1939)**. 2019. 410f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

TROMBETTA, Henrique Mareth. **Estigma e violência: as faces da racialização em processos criminais no pós-abolição em Santa Maria – RS (1920 – 1925)**. 2024. 129f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.